

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Randon S/A relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2016, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes. Estamos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2016	2015
Circulante		272.074	273.011
Disponibilidades		26	34
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	19.340	14.715
Aplicações no mercado aberto		19.340	14.715
Títulos e valores mobiliários	5	22.931	23.456
Carteira própria		22.931	23.456
Relações Interfinanceiras		-	30
Créditos vinculados		-	29
Relação com correspondentes		-	1
Operações de crédito		222.119	228.777
Setor privado		227.962	232.733
Prov. p/ oper. de cré. de liquid. duvidosa	6a	(5.863)	(3.956)
Créditos tribut.		7.457	5.957
Créditos tribut. de impostos e contribuições	7	3.194	1.901
Outros créditos diversos	7	4.263	4.056
Outros valores e bens		199	42
Bens não de uso próprio		70	42
Despesas antecipadas		129	42
Realizável a longo prazo		137.584	203.556
Operações de crédito		135.184	201.528
Setor privado		137.823	204.435
Prov. p/ oper. de cré. de liquid. duvidosa	6a	(2.639)	(2.907)
Outros créditos		2.400	2.028
Créd. tribut. de impostos e contribuições	7	2.400	2.028
Imobilizado de uso	8	265	339
Imobilizado de uso		667	683
Depreciações acumuladas		(404)	(324)
Intangível		69	98
Intangível		293	293
Amortizações acumuladas		(224)	(195)
Total do ativo		409.990	477.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)					
	Reserva de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Legal	Reserva geral de lucros			
Saldos em 1.º de janeiro de 2015	75.000	5.761	3	-	81.774
Lucro líquido do semestre	-	-	-	2.844	2.844
Dividendos complementares AGO 15/04/2015	-	-	-	-	(1.512)
Destinações:					
Reserva legal	-	142	-	(142)	-
Saldos em 30 de junho de 2015	75.000	552	3	2.702	82.506
Mutações do semestre	-	142	(1.512)	7.332	2.702
Saldos em 1º de janeiro de 2016	75.000	736	1	84.631	160.370
Lucro líquido do semestre	-	-	-	3.760	3.760
Dividendos AGO 26/04/2016	-	-	-	-	(7.951)
Destinação:					
Reserva legal	-	188	-	(188)	-
Saldos em 30 de junho de 2016	75.000	924	1	3.572	80.440
Mutações do semestre	-	188	(7.951)	3.572	(4.191)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O Banco Randon S.A. ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010. O Banco estava autorizado até 04 de fevereiro de 2016 a operar com as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil. Em 05 de fevereiro de 2016 recebeu a aprovação do Banco Central do Brasil referente ao cancelamento da carteira comercial e a partir de 01 de março de 2016 incluiu em suas operações a carteira de investimento. Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas Randon no tocante a repasses de crédito BNDES-FINAME, crédito ao consumidor (CDC), financiamentos e empréstimos de capital de giro. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 19 de agosto de 2016. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** **a. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco. **b. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro-rata* dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **d. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de resgate e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros. **e. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular n.º 3.068 de 08 de novembro de 2001 do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequente-mente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; (ii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **f. Operações de crédito:** Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00. As operações de crédito pré-fixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência. A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar. As baixas das operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. **g. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos de específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos níveis de crédito. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, po-

Demonstrações dos resultados Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais, exceto lucro por lote de mil ações)			
	Nota	2016	2015
Receitas da intermediação financeira		25.093	22.197
Operações de crédito		22.410	19.902
Resultado de oper. com títulos e val. mobil.		2.683	2.295
Despesas da intermediação financeira		(12.570)	(11.927)
Operações de captação no mercado		(5.998)	(5.180)
Operações de empréstimos e repasses		(4.298)	(3.590)
Provisão para cré. de liquidação duvidosa		(2.286)	(3.157)
Resultado bruto da intern. financeira		12.523	10.270
Outras receitas/(desp.) operacionais		(5.611)	(5.679)
Receitas de prestação de serviços		30	417
Rendas de tarifas bancárias		186	147
Despesas de pessoal		(3.112)	(3.149)
Outras despesas administrativas	17	(2.208)	(2.376)
Despesas tributárias		(720)	(676)
Outras receitas operacionais		220	66
Outras despesas operacionais		(1)	(2)
Resultado antes do tribut. sobre o lucro		6.912	4.591
Imposto de renda e contribuição social		(3.152)	(1.747)
Provisão para imposto de renda	16	1.815	(1.845)
Provisão para contribuição social	16	1.523	(1.173)
Ativo fiscal diferido	16	186	1.271
Lucro líquido do semestre		3.760	2.844
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações		79.646	79.646
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		0,047	0,036

As notas explic. são parte integrante das demonstrações financeiras.

grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefício a Empregados. Os custos de patrocínio de plano de pensão do Banco são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições. **4. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

	2016	2015
Operações compromissadas	-	-
Até 30 dias	-	-
Posição Bancada	-	-
Letras do Tesouro Nacional	19.340	14.715
5. Títulos e valores mobiliários		

	2016	2015
Acima de 12 meses	12	12
Valor de Merc.	de	de
Valor Marc. de merc.	de	de
Valor de merc. de merc.	(cont.)	(cont.)

Títulos p/ negociação

Letras financeiras do tesouro (LFT) - 22.931 22.931 22.948 (17) 23.456

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado do base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA. De acordo com a Circular n.º 3.068 de 08 de novembro de 2001 do BACEN os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento. **6. Operações de crédito:** As informações da carteira em 30 de junho de 2016 e 2015 são assim sumarizadas: **a. Composição da carteira por modalidade**

	2016	2015
Empréstimos (a)	29.219	7,98
Títulos descontados	9.384	2,57
Financiamentos (b)	327.202	89,45
Total	365.805	100,00
Circulante	227.982	62,32
Realizável a longo prazo	137.823	37,68
Total	365.805	100,00

(a) Composto por operações de empréstimo capital de giro. (b) Composto por operações de financiamento com recursos BNDES/FINAME, CDC, Vendedor e Compror (Floor Plan). **b. Diversificação da carteira por vencimento**

	2016	2015
Vencidos:	8.847	2,42
A vencer:		
Até 90 dias	123.270	33,70
De 91 até 360 dias	95.864	26,21
Acima de 361 dias	137.824	37,67
Total	365.805	100,00

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - circulante

Prov. p/ créditos de liquid. duvidosa - realizável a longo prazo

Total provisão para créditos de liquidação duvidosa

Total da carteira líquida

d. Composição da carteira por nível de risco

	2016	2015
Principal devedor	9.075	2,48
20 maiores deved. seguintes	102.218	27,94
Demais devedores	254.512	69,58
Total	365.805	100,00

e. Composição da carteira por nível de concentração

	2016	2015
% sobre total da carteira		
R\$		
Principal devedor	9.075	2,48
20 maiores deved. seguintes	102.218	27,94
Demais devedores	254.512	69,58
Total	365.805	100,00

f. Composição da carteira por atividade econômica e tipo de cliente

	2016	2015
Indústria	24.544	6,71
Comércio	108.262	29,60
Serviços	231.596	63,31
Pessoa jurídica	364.402	99,62
Pessoa física	1.403	0,38
Total	365.805	100,00

g. Em 30 de junho de 2016 foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$ 19. Em 2015 não houveram recuperações. h. No semestre findo em 30 de junho de 2016 foram renegociadas operações no total de R\$ 17.812 (R\$ 21.900 em 2015). **7. Outros créditos - Diversos**

	2016	2015
Créditos tributários de imp. e contrib. (Nota 16)	5.594	3.929
Adiantamentos diversos (a)	87	115
Devedores diversos - País (b)	4.176	3.941
Total	9.857	7.985
(-) Circulante	(7.457)	(5.957)
Total realizável a longo prazo	2.400	2.028

(a) O valor de adiantamentos diversos refere-se a adiantamento e antecipações salariais; adiantamento de viagens e adiantamento a fornecedores. (b) Os valores de devedores diversos - país referem-se a valores a receber do Banco Itau referentes à cobrança de parcelas efetuadas no último dia do mês de junho, repassados ao Banco em D+1.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais	3.760	2.844
Lucro líquido do semestre	3.760	2.844
Ajustes ao resultado:		
Constit. de prov. p/ oper. de cré. de liquid. duvid.	2.306	3.157
Constituição de provisão para contingências	-	20
Depreciações e amortizações	53	77
Desp. de IR e contrib. social diferido	(185)	(1.271)
Juros sobre dívida subordinada	5.076	3.946
Lucro líquido do semestre ajustado	11.010	8.773
Varições nos ativos e passivos	(6.199)	(6.165)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(5.975)	(3.734)
(Aum.) / Redução em relações interfinanceiras	-	(1)
Redução em operações de crédito	43.756	24.067
(Aumento) em outros créditos	(4.132)	(3.941)
(Aumento) em outros valores e bens	(98)	(38)
(Redução) / Aumento depósitos a prazo	10.781	(10.389)
(Red.) em obrig. por empréstimos e repasses	(53.300)	(17.725)
Aumento em outras obrigações	2.905	2.471
(Redução) / Aum. em resgat. de exercícios futuros	(136)	105

Impostos pagos sobre o lucro (5.493) (4.548)

Caixa gerado pelas atividades operacionais (682) (2.540)

Alienação de imobilizado de uso -

Aquisição de intangível - (11)

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Dividendos pagos (9.500) (3.024)

Fluxo de caixa das ativid. de financiamentos

Varição líquida de caixa e equival. de caixa (10.182) (5.572)

Caixa e equivalentes de caixa

No início do semestre 29.550 20.321

No fim do semestre 19.368 14.749

Varição líquida de caixa e equival. de caixa (10.182) (5.572)

As notas explic. são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. Imobilizado de uso

	2016	2015
Móveis e utensílios e instalações	262	120
Equipamentos de informática e sistemas	182	9
Sist. de transporte	183	114
Outras imobilizações	40	20
Total	667	263

9. Depósitos: Em 30 de junho de 2016 e 2015 os depósitos a prazo estavam sendo remunerados a taxas que variam de 35% a 99% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	2016
Circulante	Até 12 meses
Exigível a longo prazo	De 12 a 24 meses
Acima de 24 meses	De 24 a 36 meses
Total	Acima de 36 meses

	2016
Depósitos a prazo	1.856 24.250 2.102 577 26.929 28.785
Total	1.856 24.250 2.102 577 26.929 28.785

10. Obrigações por empréstimos e repasses

são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada período. O dividendo será pago dentro do exercício em que for declarado quando houver lucros passíveis de distribuição. Em 05 de maio de 2016, foram pagos dividendos, aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2016, relativos à data-base 31 de dezembro de 2015 e dividendos suplementares. No semestre foram pagos dividendos conforme demonstrado a seguir:

	2016	2015
Saldo no início do semestre	1.549	1.512
Dividendos complementares provisionados	4.645	1.512
Dividendos suplementares provisionados	3.306	-
Pagamentos realizados no semestre	(9.500)	(3.024)
Saldo atual, em 30 de junho	-	-

c. Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404. No ano de 2015 houve a constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro líquido. Conforme regulamento na Circular n.º 1273 de 29 de dezembro de 1987 do BACEN, foi constituída reserva legal para a data-base 30 de junho de 2016. **d. Reservas estatutárias:** As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal, e destinam-se a investimentos e a manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social. **16. Imposto de renda e CSLL:** A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 20% e a provisão para Imposto de Renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre). Os créditos tributários diferidos ativos apresentados em 30 de junho de 2016 são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais sobre o saldo das diferenças temporárias, que foram as seguintes: de 25% para o imposto de renda, e para a contribuição social de 20% até o exercício de 2018 e de 15% a partir do exercício de 2019 considerando o disposto na Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015.

	2016	2015
Resultado antes do IR e contribuição social	6.912	4.591
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 20%, respectivamente (a)	(3.111)	(1.836)
Adições permanentes	(16)	(20)
Exclusões permanentes	76	97
Outros ajustes	(101)	12
Total	(3.152)	(1.747)
IRPJ e CSLL correntes	(3.338)	(3.018)
IRPJ e CSLL diferidos	186	1.271
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(3.152)	(1.747)
Alíquota efetiva	46%	38%
(a) A alíquota de CSLL para a data-base 30 de junho de 2015 corresponde a 15%. A partir de setembro de 2015, a alíquota passou a ser 20%. b. Movimentação dos créditos tributários: A movimentação dos créditos tributários no período é como segue:		

	Saldo em 01/01/2015	Const.	Realiz.	Saldo em 30/06/2015
Adições temporárias				
PCLD	2.346	3.772	(2.639)	3.479
Receitas diferidas	312	2.305	(2.263)	354
Participações dos funcionários no resultado (PLR)	-	88	-	88
Contingências cíveis	-	8	-	8

	Saldo em 01/01/2015	Const.	Realiz.	Saldo em 30/06/2015
Ativo fiscal diferido (n. 7)	2.658	6.173	(4.902)	3.929
Adições temporárias				
PCLD	4.923	3.219	(3.104)	5.038
Receitas diferidas	462	2.831	(2.892)	401
Participação dos funcionários no resultado (PLR)	-	125	-	125
Contingências cíveis	23	-	-	23
Marcação a mercado	-	9	(2)	7
Ativo fiscal diferido (n. 7)	5.408	6.184	(5.998)	5.594

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	2016	2015
2015	-	1.004
2016	2.091	1.022
2017	1.551	794
2018	1.045	568
2019	813	489
2020	90	-
Acima de 5 anos	4	52
Total	5.594	3.929

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 14,15% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 4.543 (R\$ 3.025 em 2015 à taxa de 13,65% a.a.). **17. Outras despesas administrativas**

	2016	2015
Despesas de processamento de dados	691	700
Despesas de serviços técnicos especializados	519	662
Participação dos empregados	278	219
Outras despesas administrativas	253	204
Despesas de serviços do sistema financeiro	119	124
Despesas de aluguéis	96	99
Despesas de comunicação	79	97
Despesas de depreciação e amortização	53	77
Despesas de viagem no país	49	99
Despesas de publicações	42	47
Despesas de contribuições filantrópicas	29	48
Total	2.208	2.376

18. Transações com partes relacionadas: a. Transações e saldos

	2016		2015	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Randon S.A. Implem. e Participações				
Dep. a prazo (Passivo)	(17.688)	-	(14.953)	-
Despesas com depósitos a prazo - ligadas Div. subordin. (Nota 12)	-	(388)	-	(868)
Desp. administrativas	(80.606)	(5.076)	(70.652)	(3.946)
Randon Administr. de Consórcios Ltda				
Desp. administrativas	-	(8)	-	(3)
Randon Implem. p/ O Transporte Ltda				
Dep. a prazo (Passivo)	(3.782)	-	-	-
Despesas com depósitos a prazo - ligadas	-	(82)	-	-

Conselho de Administração

Vice-Presidente: Astor Milton Schmitt

Diretoria

Diretor Administrativo: Jaime Marchet

	2016		2015	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Empresas do Grupo Randon				
Bônus por financiam. (Resul. de exercícios futuros) (*) (Nota 14)	(891)	-	(886)	-
Rec. de bônus por financiamento	-	6.396	-	5.655
Total	(102.967)	486	(86.491)	552

(*) Refere-se à equalização de taxa pago pelas empresas do Grupo Randon para incentivo ao financiamento de seus clientes nas modalidades de financiamento de Vendor, Compror (Floor Plan), CDC e Finame. As operações com partes relacionadas não foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A remuneração do pessoal chave da Administração paga no semestre findo em 30 de junho de 2016 foi de R\$ 681 (R\$ 582 em 2015), referente à benefícios de curto prazo. O Banco não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. **19. Instrumentos financeiros derivativos:** Em 30 de junho de 2016 e 2015 não haviam operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto. **20. Limite operacional (Acordo da Basileia):** As instituições financeiras são obrigadas a manter permanentemente capital (patrimônio de referência), compatível com os riscos de suas atividades. Atualmente no Brasil o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência corresponde a 9,875% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), decaindo gradualmente até 8% em 2019. Em contrapartida, a partir do primeiro trimestre de 2016 as normas do BACEN estabeleceram um Adicional de Capital Principal (ACP), que corresponde à soma das parcelas ACPConservação, ACPContracíclico e ACPStimulante que, em conjunto com as exigências mencionadas no parágrafo anterior, aumentam as exigências de capital ao longo do tempo. A partir da data-base de janeiro de 2016 o Índice de Basileia passou a ser exigido apenas de forma consolidada do Conglomerado Prudencial, representando 31,92% em 30 de junho de 2016, apurado conforme Circular n.º 3.678/13, (29,79% em 30 de junho de 2015). **21. Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital:** A área de Riscos do Banco em atendimento às Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012, destacam os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos Operacionais, de Mercado, de Crédito, de Capital e de Liquidez utilizadas pelo Banco. As descrições completas destas estruturas encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.bancorandon.com.br. **Risco de crédito:** O risco de crédito conforme Resolução CMN nº 3.721/2009, corresponde à possibilidade de perdas financeiras pelo Banco decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, o Banco adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter as exposições a níveis aceitáveis. **Risco de mercado:** Risco de mercado conforme Resolução CMN nº 3.464/2007 tem como objetivo apurar valor relativo ao decasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, sendo o seu valor reservado no patrimônio de referência. As exposi-

ções de risco de mercado do Banco, são controladas e administradas através da gestão dos decasamentos de moedas, vencimentos e taxas de juros. **Risco operacional:** A Resolução CMN nº 3.380/2006 dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional das instituições financeiras. O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Com a finalidade de gerir e mitigar o risco operacional, a área de Riscos do Banco mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no mapeamento dos eventos de perda, além de mensurar os impactos de perda operacional. **Risco de liquidez:** A Resolução CMN nº 4.090/2012 dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez, que é representado por decasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira de o Banco honrar suas obrigações. A área de Tesouraria diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez da Instituição, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios. **Gerenciamento do capital:** O gerenciamento de Capital conforme Resolução CMN nº 3.988/2011 compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual o Banco está sujeito. A estrutura de gerenciamento do Banco planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações. **22. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários:** O Banco é um dos patrocinadores do RONDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização. O Plano de pensão RONDONPREV é avaliado anualmente afim de verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. A última avaliação atuarial foi concluída em 31 de dezembro de 2015 e foi realizada por atuários independentes. As contribuições efetuadas no período montaram R\$ 106 (R\$ 100 em 2015). O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2015 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do período foi determinada com base nos cálculos do atuário independente utilizando-se o método da unidade de crédito projetada. O Banco oferece plano de benefício definido que substancialmente cobre todos os seus empregados, sendo que as contribuições sejam feitas a fundos separados dos fundos próprios da Instituição. Para o semestre findo em 30 de junho de 2016 não houveram mudanças significativas no plano, no número de participantes e nas premissas que compõem a base atuarial em relação aquelas utilizadas em 31 de dezembro de 2015. **23. Cobertura de seguros:** Em 30 de junho de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por R\$ 1.467 para danos materiais (R\$ 336 em 2015).

Contadora

Renata Elisa Zini Gil

CRC/RS-073143/O-1

Presidente: Alexandre Randon

Conselheiro: Erino Tonon

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini

Diretor Comercial: Geraldo Santa Catharina

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do Banco Randon S.A.

sentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apre-

Caxias do Sul - RS

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Randon S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a fun-

mentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Randon S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Porto Alegre, 22 de agosto de 2016

Presidente: Alexandre Randon
Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini

Vice-Presidente: Astor Milton Schmitt
Diretoria
Diretor Administrativo: Jaime Marchet

Conselheiro: Erino Tonon
Diretor Comercial: Geraldo Santa Catharina

mentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Randon S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Porto Alegre, 22 de agosto de 2016



KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/F-7

Wladimir Omiechuk

Contador CRC RS-041241/O-2